PRÁTICAS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DOS PROFESSORES DO MACIÇO DO BATURITÉ.

Francisco Luan Xavier de Andrade [1], Afonso José Mendes [2], Eliza Távora de Albuquerque [3], Evaldo Ribeiro Oliveira [4]

RESUMO

A pratica das relações étnico-raciais dos professores do Maciço de Baturité em através de um questionário estruturado vai analisar as praticas desses profissionais e como está sendo trabalhada a lei 10.639/2003 em suas salas de aula. Em que de grande relevância para o combate a descriminação racial existente na sociedade brasileira um ensino que reconheça as diferenças que se apresenta. Que um ensino falho acaba por excluindo ou marginalizando alguma (s) cultura (s) que se faça presente nesse ambiente escola. Em que é importante para a efetivação da Lei Federal Nº 10.639/2003 que aconteça também uma mobilização de toda a sociedade e os órgãos governamentais competentes. Em que com a pesquisa podemos perceber que a temática das relações étnico-raciais não está incluída nos planos de aula anual, deixando essa questão a ser trabalhada somente para o mês de Novembro. Em que um ensino que exclui uma parte da população, acaba produzindo um ensino parcial da sua verdadeira historia. Onde o papel do professor consciente é importante como mediador nesse espaço escolar.

Palavras-chave:

Práticas Educativas. Educação das Relações Étnico-Raciais. Pedagogias.

[1] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente, e-mail: andrade_luan@hotmail.com
[2] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente, e-mail: tchescomendes7@gmail.com
[3] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente, e-mail: eta@aluno.unilab.edu.br
[4] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente, e-mail: evaldo@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Neste trabalho intitulado: "PRÁTICAS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DOS PROFESSORES DO MACIÇO DO BATURITÉ" objetiva identificar e compreender práticas educativas de professor da região do Maciço do Baturité para a educação das relações étnico raciais Para orientar o tem-se a seguinte questão de pesquisa: Quais práticas educativas estão presentes nas ações de docentes para promover a educação das relações étnico-raciais.

Em que nesse momento vou apresentar os resultados obtidos através de entrevistas com os professores do maciço de Baturité mais especificamente nas cidades de Baturité, Capistrano, Redenção e Acarape que realizamos nossas entrevistas.

METODOLOGIA

Estudo de textos em relação à pedagogia das relações étnico-raciais.
Levantamento de dados da Lei 10.639/2003.
Estudo das referencias bibliográficas.
Organização de banco de dados preliminares - conhecendo o campo.
Interpretação de dados.
Analise preliminar dos dados referente aos TCCs analisados.
Pesquisa nas escolas.
Estudos e organização de dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total foram entrevistado oito (8) professores da rede de ensino publico das cidades de Baturité, Capistrano, Redenção e Acarape. Em que logo no inicio podemos perceber com primeira pergunta se eles conhecem a lei federal Nº 10.639/2003 todos disseram que sim. Mas que mesmo eles conhecendo a lei, ela não esta sendo completamente contemplada em sua aplicação. Conforme um dos próprios entrevistados fala que é também importante para a aplicação da lei uma formação para professores que contemple as relações étnico-raciais. Em que além de uma formação para professores é necessário para a efetivação das relações étnico-raciais na educação, dependera da mobilização da sociedade, currículos escolares, politicas educacionais a fim de sua efetivação.

[...] No entanto, dada a responsabilidade do MEC, dos sistemas de ensino, das escolas, gestores e educadores na superação do racismo e na educação das relações étnico-raciais, as iniciativas para a concretização dessa política ainda carecem de enraizamento. A sua efetivação dependerá da necessária mobilização da sociedade civil a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantido nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação de professores, nas políticas educacionais, etc. (GOMES, 2010, p. 8).

Em que esses professores conforme nos repassou que é inserido nos seus planos de aula, mas percebemos um foco quanto à temática das relações étnico-raciais no mês de Novembro, provavelmente por no dia 20 de Novembro ser celebrado o dia da consciência negra. Em que também sentimos há ausência de projetos nos planos de aulas anual, onde tenham atividades no decorrer do ano e não somente no mês de Novembro.

E por diversas vezes nas falas dos professores(as) percebemos o reconhecimento da lei em combate as desigualdades e o preconceito existente nos ambientes escolares. Em que promover um ensino que comtemple as diversas formas culturais existentes na escola. Na tentativa da busca de um ensino igualitário para todos.

E diversos professores falaram já de alguns projetos existentes na escola que contempla as praticas educativas das relações étnico-raciais. Como por exemplo, esse que o próprio professor fala "[...] No ano de

2014, quando eu estava na coordenação pedagógica realizamos a Feira África e Brasil Afro-Brasileiro. O projeto fazia parte das ações da escola, incluindo todas as disciplinas.” Entre outros professores em sua resposta aborda projetos já trabalhados nas escolas.

Onde é o importante papel que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) desempenhou em combate das desigualdades que se apresenta, nos diversos contextos sociais existentes na sociedade brasileira. Em que no nesse projeto de integração, a região do maciço torna-se mais consciente no combate as formas de preconceitos. Em que não fica só aos cuidados da Unilab, podemos perceber nas falas que eles querem também uma maior participação das instancias administrativas municipais, estaduais e federais, que realize trabalho conjunto no combate as formas de preconceito que se apresenta. Mas que diante desse cenário politico atual, vão tornando cada vez mais fragilizado a inclusão dessa temática das relações étnico-raciais.

Mas algumas mudanças nos materiais didáticos após a implementação da lei já podem ser percebidas, conforme o professora a seguir fala:

Em todos os livros de História que utilizamos (ou seja, do 6º, 7º, 8º e 9º ano) temos essa temática em algum capítulo. Por exemplo, esse ano já trabalhamos essa temática no 7º e 8º, inclusive, os alunos do 8º ano se aproveitaram dessas aulas, para fazerem uma apresentação de capoeira, mostrando sua origem, e a importância dessa luta/dança. Quando entramos nesse tema, também fazemos uma conscientização com os alunos sobre o preconceito. (PROFESSORA ENTREVISTADA).

Em que podemos perceber certo grau de satisfação que a professora tem com o material, mas devemos ressaltar que muitas vezes esses matérias são falhos e não consegue desenvolver um senso reflexivo nos alunos (as). Em que é de tão relevância de combate a descriminação que vai se apresentar das diversas formas nos espaços escolares.

As questões como a discriminação do negro nos livros didáticos, a necessidade de inserção da temática racial e da História da África nos currículos, o silêncio como ritual a favor da discriminação racial na escola, as lutas e a resistência negras, a escola como instituição reprodutora do racismo, as lutas do Movimento Negro em prol da educação começam, aos poucos, a ganhar espaço na pesquisa educacional do País, resultando em questionamentos à política educacional. Desencadeia-se um processo de pressão ao Ministério da Educação, aos gestores dos sistemas de ensino e às escolas públicas sobre o seu papel na superação do racismo na escola e na sociedade. (GOMES, 2010, p. 4).

Em que através de muita pressão e luta do movimento negro ao Ministério da Educação percebe a existência desse material didático.

É na escola que começa as visões da historia do povo, onde se uma parcela da população for negada é nesse mesmo meio escolar que vai começar a produzir descriminação e racismo desses sujeitos que foram excluídos da historia. Amparado em Fernandes (2005) Felipe e Teruya (2014. p. 115), destacam que “o ensino da história que ignora ou estereotipa as matrizes africanas e indigenistas perde a cara da população e fica semelhante à visão dos dominadores, produzindo uma história parcial com os elementos de discriminação e racismo”.

Em que a negação de uma parcela da população brasileira nas escolas, acaba excluindo a historia desses povos e criam-se estereótipos sobre determinada cultura.

Em que conforme o autor e a autora “O currículo escolar trabalhado nas salas de aula oculta as diversas vozes e culturas processadas em seu contexto, contribuindo para a marginalização de uma parcela da população brasileira”. (FELIPE; TERUYA, 2014, P. 115). Em destaque aqui a população negra que sofreu e ainda sofre apesar da lei 10.639/2003 o seu espaço nos ambientes escolares.

Em que podemos perceber o relevante papel do professor (a) como mediador nesse ambiente que se apresenta diversos conflitos. Em que um profissional qualificado é essencial para que não contribua mais na construção de estereótipos sobre determinada cultura, etnia, gênero e demais que se apresentarem.

CONCLUSÕES

Com isso possamos concluir que praticas das relações étnico-raciais através da lei 10.639/2003 faz se parte no currículo e nos planos de aulas. Mesmo que de certo modo de maneira deficiente e falha percebe por parte de alguns um maior interesse e a importância para o combate à descriminação racial existente no ambiente escolar.

AGRADECIMENTOS
As escolas e aos professores (as) que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Parecer CNE/CP 003/2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Brasília, 2004.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Tereza Kazuko, Cultura Afro-Brasileira e Africana nos Currículos da Educação Básica. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 3, n. 4, jan./jun. 2014. Acessado: 18/06/2017 às 14h29min. Disponível em: .

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia dos sonhos possíveis. Freire, A. M. A. (Org.). São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Disponível em: .

GONÇALVES, Luiz Alberto. Negros e Educação no Brasil. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano Mendes Faria Filho; Cynthia Greive Veiga. (Org.). 500 anos de Educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte, Ed. Autentica, 2000. v.1, p.246-325. MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. Narrativas de Thereza Santos – Contribuições para a educação das relações étnico-raciais: Dissertação. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.

OLIVEIRA, M. W. ; SILVA, P. B. G. E. ; GONCALVES JUNIOR, L. ; MONTRONE, A. V. G. ; JOLY, I. Z. L. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: 32a. Reunião Anual da ANPED, 2009, Caxambú. 32a Reunião Anual da ANPED: Sociedade, cultura e educação: novas regulações ?. Rio de Janeiro : ANPED, 2009.

RIBEIRO, C. M. As pesquisas sobre o negro e a Educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas. In: 28.ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa Educacional, 2005, Caxambu. 28.ª

ANPED. Caxambu, 2005. Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm. Acessado em 20/01/2012.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. Direitos Humanos e as Práticas do Racismo. Teses de Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, Douglas Verrangia Corrêa da. A educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências: diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Carlos: UFSCar, 2009.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender a Conduzir a Própria vida: Dimensões do educar-se entre afro descendentes. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Orgs.). De preto a afrodescendentes - trajetos de pesquisa sobre negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: Editora, p. 181-197, 2003.

_____. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: Educação, Porto Alegre, v. 30, p. 489-506, 2007.

_____.Pesquisa em educação, com base na fenomenologia. Seminário sobre pesquisa fenomenológica nas ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ANPESS) e Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). Ano I, nº 1, p. 109-132, 1990.

SISS, Ahyas; OLIVEIRA, I.Trinta Anos de ANPED, as pesquisas sobre a educação dos afro-brasileiros e o GT 21: Marcas de uma trajetória. In: XXX Reunião Anual da ANPED, 2007, Caxambu. XXX Reunião Anual da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, 2007.

SURANSKY, Valerie. Phenomenology: an alternative research paradigm and a force for social change. In: Journal of the Bristish Society for Phenomenology, v. 11, n.2, may, 1980. Unilab. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-B r a s i l e i r a - U N I L A B - D I R E T R I Z E S G E R A I S . 2 0 1 0 . D i s p o n í v e l e m http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf. Acessado em 01/02/2016.